

Abril de 2025

124

# BIODIVERSIDADE

## SUSTENTO E CULTURAS



**Extratativismo é saqueio**

**As sementes em sua encruzilhada**

**Violência e impactos do agronegócio**

*Biodiversidade, sustento e culturas* é uma publicação trimestral da *Alianza Biodiversidad* orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

#### Organizações coeditoras

Acción Ecológica  
[notransgenicos@accionecologica.org](mailto:notransgenicos@accionecologica.org)  
Anafae  
[octavio.sanchez@yahoo.com](mailto:octavio.sanchez@yahoo.com)  
Base-Is  
[mpalau@baseis.org.py](mailto:mpalau@baseis.org.py)  
Campaña de la Semilla  
de La Vía Campesina – Anamuri  
[internacional@anamuri.cl](mailto:internacional@anamuri.cl)  
Centro Ecológico  
[serra@centroecologico.org.br](mailto:serra@centroecologico.org.br)  
CLOC-Vía Campesina  
[secretaria.cloc.vc@gmail.com](mailto:secretaria.cloc.vc@gmail.com)  
Colectivo por la Autonomía  
[erobles\\_gonzalez@hotmail.com](mailto:erobles_gonzalez@hotmail.com)  
GRAIN  
[grain@grain.org](mailto:grain@grain.org)  
Grupo ETC  
[grupoetc@etcgroup.org](mailto:grupoetc@etcgroup.org)  
Grupo Semillas  
[semillas@semillas.org.co](mailto:semillas@semillas.org.co)  
Red de Coordinación en Biodiversidad  
[rcbcostarica@gmail.com](mailto:rcbcostarica@gmail.com)  
REDES-AT Uruguay  
[biodiv@redes.org.uy](mailto:biodiv@redes.org.uy)

#### Comitê Editorial

Maria José Guazzelli, Brasil  
Leonardo Melgarejo, Brasil  
Fabián Pachón, Colômbia  
Germán Vélez, Colômbia  
Sílvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica  
Henry Picado, Costa Rica  
Camila Montecinos, Chile  
Francisca Rodríguez, Chile  
Elizabeth Bravo, Equador  
Xavier León, Equador  
Ma. Fernanda Vallejo, Equador  
Octavio Sánchez, Honduras  
Evangelina Robles, México  
José Godoy, México  
Sílvia Ribeiro, México  
Verónica Villa, México  
Marielle Palau, Paraguai  
Mariano Beltrán, Uruguai  
Martín Drago, Uruguai

#### Administração

Fundación Pro Defensa  
de la Naturaleza y sus Derechos  
[contabilidad2@accionecologica.org](mailto:contabilidad2@accionecologica.org)

#### Edição

Ramón Vera-Herrera  
[constelacion50@gmail.com](mailto:constelacion50@gmail.com)

#### Desenho e formatação

Daniel Passarge  
[danielpassarge@gmail.com](mailto:danielpassarge@gmail.com)

## Editorial:

A violência que tudo corrói 1

---

Um campesinato no imaginário porto-riquenho atual

*Nelson Álvarez* 2

A semente em sua encruzilhada

*Biodiversidade* 5

Violência Estatal e Despejo de Comunidades Camponesas  
e Indígenas no Paraguai

*Lis García (Base-IS)* 12

Impactos do agronegócio em territórios de organizações do campo  
latino-americano: desafios e alternativas

*Fabián Pachón (CLOC-Vía Campesina) para a Alianza Biodiversidad* 15

Em sua memória, Merong Kamakã Mongoió

*Dani Eizirik* 19

Vampiros multinacionais

*Ramón Vera-Herrera* 20

---

A foto da capa e algumas das fotos desta edição foram tiradas por nossa colaboradora de longa data, Viviana Sánchez Prada, durante suas inúmeras viagens ao interior da Colômbia. Ela própria nos conta que a foto da capa “é um refúgio na floresta tropical de Baía Solano, Chocó”. Uma estação de passagem, “um rincão da vida cotidiana em um dos territórios com maior biodiversidade da Colômbia. Nesta região, onde a chuva é companheira constante, as comunidades resistem em meio à exuberância natural e aos desafios do extrativismo”. A foto da página 6 mostra guardiãs da vida e da memória. Em Aquitania, Boyacá, essas mulheres camponesas resistem ao avanço das monoculturas que degradam os solos e poluem as águas. Com orgulho e sabedoria, compartilham sementes nativas em espaços de troca e de encontro, reafirmando a soberania alimentar e o papel vital da agricultura camponesa, familiar e comunitária na defesa do território”. O veículo carbonizado e enferrujado da página 12 mostra e dá o nome “a selva reivindica o que é dela”. Isto é em Baía Solano, Chocó. Três outras fotos (p. 21, p. 23 e p. 24) nos dão um vislumbre dos pontos de contato entre o que invade e o que é extraído. Estas são as “margens em disputa”, onde a vida flui entre a imensidão da biodiversidade e as marcas do extrativismo. Estamos às margens do Rio Guaviare, na Orinoquia colombiana. “Enquanto o rio segue seu curso, a mineração ilegal e o desmatamento ameaçam romper o delicado equilíbrio de um dos ecossistemas mais diversos e estratégicos do país.” Nos arredores de San José del Guaviare, esta ponte atravessa o majestoso Rio Guaviare, conectando a Orinoquia com a Amazônia colombiana. Na página 24, aparece uma palafita, uma casa elevada que protege das cheias do rio e da umidade permanente, o que “reflete a íntima relação das comunidades ribeirinhas com os ritmos da floresta e da água”. Na página 23, podemos ver a exuberância de produtos que saem dos territórios e chegam a Bogotá, no famoso mercado de Paloquemao.

Outra série fotográfica foi tirada por Josué Garita Rivera, da Costa Rica, na província de Cartago, onde trabalha como agricultor e bom fotógrafo. Em última análise, ele é um historiador visual da vida camponesa. A série de fotografias que aparece no texto de Fabián Pachón pertence ao acervo da CLOC-Vía Campesina. Foi tirada pela Equipe de Comunicação do IALA María Cano, na Zona de Reserva Camponesa Sumapaz, Bogotá, Colômbia. A foto de Merong Kamakã Mongoió vem da Retomada Xokleng Kongliu (em São Francisco de Paula/RS – Brasil, 2020). A foto pertence a Alass Derivas/@derivajournalismo

Agradecemos o apoio da Thousand Currents, da Heks e do Fundo de Agroecologia.  
Agradecemos sempre a Carlos Vicente pelo plantio que continua florescendo.

A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico



Foto: Viviana Sánchez Prada

**A** casa é uma espécie de estação ribeirinha a partir de onde a vida e a morte vão e vêm. Chove como costuma chover na selva, na floresta, como dizem os povos das Amazônias remotas. Mas mesmo na solidão em que as comunidades são repentinamente deixadas, a partir de lá, de sua roça, de sua *milpa*, de seu pedaço de terra, no profundo da selva, as pessoas estão sabendo o que ocorre no mundo aparentemente distante e incompreensível. De lá, lhes são oferecidas as miçangas, os tesouros que o mundo moderno nos faz acreditar que aparecem, quando apenas os mostram para enganar, de modo que sua pretensão se torne uma verdade inquestionável.

O mundo está mudando, desmoronando em zonas da realidade, e a ameaça de guerras, e seu caos crescente é visto como real, com um louco na torre do palácio, e a digitalização da imaginação e da inteligência impondo a estatística como moeda de troca para entender o mundo, e para atuar nele. Isso, claro, não passa de mais uma ilusão, porque o mundo digital exige vida e suor humanos para existir e gerar lucros, enquanto submete vastas populações ao seu império.

Enquanto isso, ou melhor, por isso, a semente adquire seu caráter crucial, sua relevância milenar, a urgência de que tenha um horizonte de existência e diversidade, de não ser desfigurada, ou congelada e imobilizada em sua eterna transformação. E então, as pessoas levantam suas vozes para defender sua relação com as sementes. Não apenas as sementes como coisas isoladas. A relação é o mais importante. É o que as corporações e a própria tecnociência não conseguem entender. E sem entender a relação, buscam impor a submissão, a privatização, a monopolização e o declínio dramático das variedades em uso.

Essa é uma das agressões, mas há muitas que crescem a ponto de criar uma atmosfera, um manto de violência para as comunidades. Incontrolável. De despojo e devastação. Isso é o que hoje se conhece como extrativismo, e é o que o capitalismo intenso sempre fez para incorporar o medo em sua fórmula, para assegurar seu domínio. Mas os povos sabem disso. E onde quer que possam, crescem bolsões de resistência e restauração das energias e das buscas humanas, tais como a justiça, a paz, a liberdade, a autonomia. *Biodiversidade* está aí para dizer o que é necessário e para que a memória não adormeça ou seja esquecida. Sim, para que a importância da nossa memória comum jamais seja esquecida.

# UM CAMPESINATO NO IMAGINÁRIO PORTO-RIQUENHO ATUAL<sup>1</sup>

Nelson Álvarez<sup>2</sup>

2

O *jíbaro* e sua esposa recentemente invadiram nosso ambiente graças ao *rapper* Benito Martínez Ocasio/*Bad Bunny*, com o lançamento do álbum *Tenia que haber sacado más fotos* (Precisaria ter tirado mais fotos). Chama atenção o quão profundamente a afirmação da identidade porto-riquenha permanece na psique da ilha, especialmente entre os mais jovens: mais um exemplo da força e resiliência de nossa identidade como povo. O uso que *Bad Bunny* faz de elementos culturalmente definidores como o *cuatro*, os pandeiros e o *güicharo*, a música camponesa e os ritmos nativos como a *plena* e a *bomba*, foi terra fértil para a eclosão recente de nossa cultura *jíbara*. Benito e sua equipe criativa e de produção também souberam tocar as teclas do intergeracional, da memória e da natureza, fontes poderosas da identidade *borícuca* (porto-riquenha).

Há algum tempo venho estudando e refletindo sobre o *jíbaro*, para além do legado cultural incorporado no folclore pelo Instituto de Cultura e por muitas outras instituições porto-riquenhas, como museus, e expressões na música, dança, literatura, artesanato e artes plásticas. Ao mesmo tempo, durante meus anos de trabalho internacional em temas de agricultura, ecologia e desenvolvimento, frequentemente me perguntava o que era o campesinato porto-riquenho, algo que faz parte do ethos nacional em quase todos os países. Estou convencido de que os *jíbaros*, aquelas camponesas e camponeses porto-riquenhos – aqueles que se dedicam à agricultura familiar – que nos alimentaram durante um processo formativo de séculos, são a expressão de um campesinato em nosso país. Agricultura de pequena e média escala que produz para a família, a comunidade e o mercado local.

A existência e a relevância do campesinato porto-riquenho estão profundamente enraizadas na história do

arquipélago e em sua evolução cultural, social e ecológica. Durante milênios, os habitantes originários do arquipélago estabeleceram sistemas agrícolas resilientes que integravam práticas sustentáveis e uma visão holística da natureza. Os Taínos levaram aquela agricultura a novos patamares em termos de eficiência, diversidade e uso inteligente dos recursos. Eles plantavam em *conucos* (pequenas parcelas de terra), usavam montes de terra para o cultivo, e integravam e faziam rotação de culturas como mandioca, milho e outros tubérculos, hortaliças, plantas medicinais e árvores frutíferas. Eles demonstraram um profundo conhecimento dos ecossistemas locais. Essas técnicas não apenas garantiam a segurança alimentar, mas também fomentavam a regeneração do solo e a biodiversidade.

Os espanhóis sobreviveram durante o início da colonização graças à agricultura taína e à escravização dos indígenas.<sup>3</sup> O *casabe* (tortilha) feito de mandioca substituiu o pão de trigo e permitiu que eles continuassem sua conquista do continente. Com o tempo, as práticas taína, com influências europeias e africanas, deram origem à uma agricultura camponesa autóctone. Mas aqueles que possuíam as sementes, o conhecimento sobre os solos e as técnicas de plantio nas planícies e encostas de uma ilha tropical chuvosa eram os Taínos, os habitantes originários. Contrariamente à narrativa dominante de que, uma vez esgotado o ouro e supostamente exterminados os Taínos, Porto Rico entrou em um longo período de abandono e isolamento, estudos recentes descrevem um arquipélago porto-riquenho integrado às trocas comerciais entre a Europa e o Caribe.<sup>4</sup> Passamos a fazer parte da produção e do comércio, muitas vezes ilegais para as autoridades espanholas, de couro, gengibre, açúcar, tabaco, corantes, sal e plantas medicinais. Nas costas, navios eram repa-



A foto deste campesinato intergeracional é cortesia de Nelson Álvarez

rados e alguns até construídos em estaleiros informais, à margem do controle das autoridades espanholas. A capacidade de reabastecer com alimentos os porões dos navios, além de alimentar a população residente em Porto Rico, evidencia a existência de uma robusta atividade agropecuária, bem como de camponeses dedicados ao trabalho produtivo no campo.

Está documentado que, para os Taínos, a palavra *jíbaro*, uma palavra aruaque, significava *povo da floresta*, e era assim que se autodenominavam. Foi usada para designar as populações indígenas que penetraram nas montanhas da Ilha em defesa contra o genocídio espanhol. Com o tempo, um campesinato tomou forma: os *jíbaros* seriam os descendentes dos Taínos, numa mestiçagem com espanhóis que haviam escapado das autoridades metropolitanas e escravos africanos fugitivos. São os tempos *de las guácaras* (das cavernas)

no interior da Ilha. O nome *jíbaro* foi usado em Porto Rico para designar os habitantes das montanhas e sua cultura, distinta da dos espanhóis.

As famílias *jíbaro* souberam ocupar e abrir chácaras nas montanhas. Além da pesca, da caça e da coleta, produziam para o autoabastecimento e, em muitos casos, vendiam ou trocavam produtos em suas comunidades. No entanto, com o avanço da colonização da Cordilheira Central durante o século 19, esses camponeses foram deslocados e forçados a se tornar mão de obra empobrecida. Em nossa Ilha, tanto os proprietários de terras nas montanhas quanto os engenhos de açúcar no litoral mantiveram as famílias de trabalhadores rurais em servidão semifeudal até boa parte do século 20. Essas famílias, condenadas a viver na pobreza confinadas nas piores terras, sofreram fome, doenças, falta de educação e abusos.

## O campesinato jíbaro porto-riquenho é mais do que um vestígio do passado. É um componente vivo da identidade e da sustentabilidade do arquipélago. Historicamente, foi o principal setor agrícola produtor de alimentos no arquipélago porto-riquenho.

4

Desde o século 19, em nosso meio coexistem duas visões em relação aos *jíbaros*: por um lado, muitas comunidades das montanhas adotam orgulhosamente esse termo para reafirmar sua identidade crioula e se distinguir dos espanhóis e europeus. Por outro, uma intelectualidade costeira e urbana o ridiculariza e menospreza. No entanto, esse campesinato *jíbaro* soube alimentar nosso povo a partir das montanhas e dos *conucos*. Mesmo no final da década de 1940, enquanto Porto Rico exportava açúcar, café e tabaco produzidos nas melhores terras, nosso campesinato produzia a maior parte dos alimentos para uma população de quase 2 milhões.

Durante o processo de rápida industrialização, a partir dos anos 1950, o uso da palavra *jíbaro* se generalizou como sinônimo de uma pessoa culturalmente atrasada ou ignorante. Enquanto era construída a estátua que idealiza o *Jíbaro* na rodovia que atravessa as montanhas, comunidades camponesas *jíbaro* ainda viviam nesses montes.

O apogeu da industrialização em meados do século 20 trouxe consigo a desvalorização da agricultura tradicional, uma mudança no modelo urbanístico e a migração em massa para as cidades e os Estados Unidos. Não tenho dúvidas sobre o que chamo de *Grande Traição do Jíbaro*: aquele eleitorado camponês, explorado por diversas oligarquias nas décadas de 1940 e 1950, acreditava nos slogans de *pão, terra e liberdade* e apoiou com seus votos o Partido Popular Democrático e o Estado Livre Associado.

Quando, em uma mudança estratégica que ainda está sendo estudada, tomou-se a decisão de industrializar a economia, foi necessário desacreditar o camponês *jíbaro* e sua cultura, para incentivar nossa população camponesa a abandonar as montanhas e fornecer mão de obra para as novas fábricas norte-americanas no âmbito do Programa de Desenvolvimento *Manos a la Obra*. Suspeito que a mudança radical deixando para trás a agricultura como eixo estratégico para o desenvolvimento de Porto Rico teve a ver com as negociações durante a criação do Estado Livre Associado (1952), pois coincidiu com a adoção de um modelo de desenvolvimento do tipo suburbano norte-americano, baseado na construção horizontal de conjuntos habitacionais sobre terras agrí-

colas, no uso intensivo de automóveis para transporte e nos novos supermercados para vender alimentos principalmente importados, processados e, muitas vezes, de baixa qualidade, distintos de nossa dieta histórica.<sup>5</sup>

Por um lado, o conhecimento tradicional e a gestão familiar da produção de alimentos foram rejeitados para dar lugar à rede agroalimentar industrial nacional e global. Enquanto isso, à medida que o ser humano se distancia da natureza e de seus ciclos, perde a sensibilidade frente aos desastres que atualmente destroem os recursos naturais e alteram os ciclos essenciais para sustentar nossa vida neste planeta, como estamos vivenciando com as mudanças climáticas.

O campesinato *jíbaro* porto-riquenho é mais do que um vestígio do passado. É um componente vivo da identidade e da sustentabilidade do arquipélago. Historicamente, foi o principal setor agrícola produtor de alimentos no arquipélago porto-riquenho. Ao valorizar e fortalecer as comunidades camponesas que ainda existem, Porto Rico pode construir um futuro que honre sua história, conserve sua biodiversidade e garanta o bem-estar de seus habitantes. Os novos agricultores, muitas vezes jovens, são os novos camponeses *jíbaro* de hoje. Eles resgatam conhecimentos, tecnologias e cultura do passado, os integram a práticas agroecológicas modernas<sup>6</sup> e abrem caminho para um futuro de segurança e soberania alimentar. A sobrevivência e a prosperidade do nosso campesinato *Jíbaro* são uma questão de justiça social e resiliência ecológica.

### Notas

- 1 Este artigo se alimenta de uma pesquisa em curso: *Táinos, jíbaros y agroecología: un campesinado en el imaginario social puertorriqueño*.
- 2 O autor é ecólogo social, especializado em agroecologia. [alvareznelson@hotmail.com](mailto:alvareznelson@hotmail.com)
- 3 Nelson Alvarez Febles. "Los españoles esclavizaron a los táinos para su producción agrícola", 2018. <https://www.8ogrados.net/los-espanoles-esclavizaron-a-los-tainos-para-su-produccion-agricola/>
- 4 Jeniffer Wolf, "Isla Atlántica: Puerto Rico. Circuitos antillanos de contrabando y la formación del mundo antillano, 1580-1636." Doce Calles, 2022.
- 5 Cruz Miguel Ortiz Cuadra, *De los plátanos de Oller a los Food Trucks: comida, alimentación y cocina puertorriqueña en ensayos y textos*. Isla Negra Editores, 2020
- 6 Nelson Alvarez Febles. 2014. <https://www.8ogrados.net/lo-jibaro-como-metafora-del-futuro-agroecologico/>

# A SEMENTE EM SUA ENCRUZILHADA

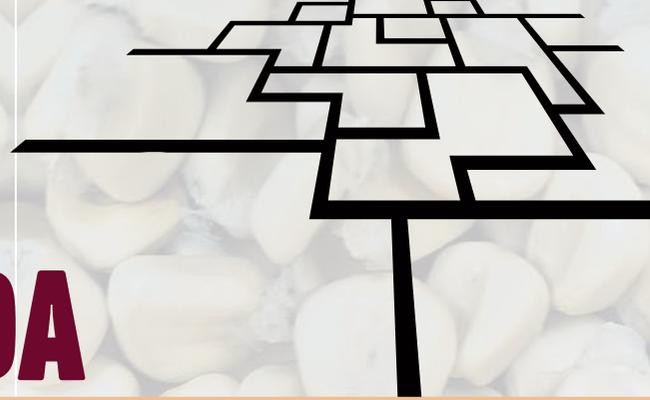


Foto de milhos: Josué Garita Rivera, de Cartago, Costa Rica

**N**a América Latina, a luta em defesa das sementes é cada vez mais coerente com o espírito anticapitalista e antissistêmico de uma agricultura que reconhece a história do campesinato e a natureza dos territórios.

Sabendo que a tarefa é guardar e compartilhar por canais de confiança – e reproduzir, replantando e repartindo as sementes com amigos, familiares e a comunidade – as pessoas entendem que governos, a sociedade civil, as fundações, os centros de pesquisa independentes e oficiais e, claro, os organismos internacionais – deveriam respaldar esse trabalho diretamente e sem complicações.

A questão é se existe uma consciência sobre o que as sementes significam para o futuro da vida neste planeta ou se a percepção das instâncias oficiais em graus variados é de que elas podem ser substituídas por versões sintéticas, digitais, em uma espécie de Lego rudimentar que envolve operações sofisticadas sem muito horizonte político ou técnico. Esse horizonte tecnocientífico pressupõe uma grande inteligência artificial que, em última análise, sofre com toda a incompetência de uma estatística cega, embora presuma o contrário.

Nos três meses de 2025, vozes já se levantaram do México à Argentina, passando pela Colômbia, Honduras, Equador e Guatemala, ressoando por toda a América Latina, em defesa das sementes dos povos, com ênfase especial no milho e no trigo, mas, em geral, das sementes como base da alimentação e da vida. Em um cenário em que o roubo e a monopolização industrial e corporativa de sementes se tornaram brutais, é crucial defender nossas sementes e nossos materiais vegetativos para reproduzir os cultivos ancestrais que continuam nos cuidando.

Os povos assumem o papel de guardiões das sementes de ontem e, portanto, da vida futura. Isso não é retórica, é real e urgente.

Nessa crescente tomada de consciência dos povos, ressoam as palavras de Camila Montecinos quando nos diz que as sementes são a chave da vida. Que “absolutamente todos os cultivos do mundo, sem qualquer exceção, são obra camponesa e indígena, que começou com a domesticação e, a seguir, com o melhoramento”, e que esse trabalho ancestral foi possível porque foi uma obra coletiva. “Não foi um trabalho coletivo de alguns poucos, de três, quatro, de uma família, de cinco



Guardiãs da vida e da memória. Aquitânia, Bocayá, Colômbia. Aqui, essas mulheres resistem ao avanço das monoculturas que degradam o solo e contaminam a água. Foto: Viviana Sánchez Prada

famílias. Foi uma obra coletiva de comunidades inteiras, de povos inteiros e de coletivos de povos, onde havia milhões de pessoas fazendo esse trabalho de melhoramento de plantas, milhões. E é um trabalho que, além de coletivo, vem sendo feito ao longo de toda a história.” Também não vamos esquecer que isso continua vivo e atual: há pessoas, coletivos, comunidades, empenhadas em que não se perca. Camila diz:

“Mas que ninguém diga que uma semente tradicional hoje é a mesma de 50, 100, 200 anos atrás. As sementes camponesas continuam a evoluir, e não por acaso, mas continuam a evoluir porque as comunidades camponesas e indígenas trabalham nelas, e esse trabalho é invisível, não é reconhecido, mas temos que garantir que seja reconhecido. O que não podemos aceitar como marco teórico, por assim dizer, é que nos digam que as sementes estão de alguma forma estáticas, que não evoluem permanentemente, porque isso tem uma série de consequências sobre como devemos defendê-las.”

Algo vital para compreender a encruzilhada atual é que, em muitos povos e suas comunidades, há uma clareza de que as sementes e os povos estão em uma relação indissolúvel, pois as sementes formaram os povos, e estes, pouco a pouco, passo a passo, em uma conversa

milênar, insiste Camila, as conformaram no que são os cultivos contemporâneos. Com suas distinções e variedades, de acordo com suas tradições e as condições materiais de seu ambiente, de seu território.

Dito desta forma, é compreensível que, de vários cantos do continente, comunidades e organizações levantem suas vozes para exigir o respeito à livre circulação e reprodução de sementes, pelo reconhecimento do que são hoje as sementes camponesas, livres da imposição de qualquer propriedade intelectual, de certificações ou de registros que facilitam a biopirataria e a monopolização.

**R**eunimos num só documento a defesa que ocorre no México, Honduras, Guatemala, Colômbia e no Cone Sul, não apenas sobre sementes em abstrato, mas sobre essa teia de relações que envolve a defesa territorial e a autonomia dos povos.

Em 12 de fevereiro de 2025, uma série de organizações nacionais e internacionais camponesas, indígenas e sociais, nacionais e internacionais, enviaram uma carta à presidente de Honduras, Iris Xiomara Castro, sobre a formação da chamada “Mesa Técnica de Sementes”, da qual participam “funcionários do Ministério da Agricultura, do Ministério das Relações Exteriores, do Congresso Nacional e de organizações da sociedade civil,

com o objetivo de trabalhar na elaboração de uma nova Lei de Obtentores de Plantas, ou Lei 'Monsanto', e de uma nova Lei de Sementes, que permitirá apenas o cultivo de sementes certificadas. Ambas as leis atenderiam exclusivamente aos interesses das empresas de sementes, ao estabelecer um monopólio privado sobre as sementes, com o apoio da institucionalidade do Estado."

A carta insiste que "Se essas leis forem aprovadas, o governo hondurenho estaria entregando o controle das sementes e da soberania alimentar ao setor privado, e também restabeleceria os mecanismos para criminalizar, perseguir e prender qualquer camponês que viole essas leis, tal como guardando, trocando, doando ou vendendo suas sementes."

Desde novembro de 2021, a Suprema Corte de Justiça declarou inconstitucional a Lei de Obtentores de Sementes, aprovada durante o governo de Juan Orlando Hernández em 2012 "de forma obscura e sem consulta prévia". Que tenha sido declarada inconstitucional em 2021 "não foi apenas um triunfo para o povo hondurenho, mas também serviu de exemplo para que muitos países do Sul global possam enfrentar as empresas multinacionais de sementes". Outro triunfo para as organizações hondurenhas é ter conseguido modificar o Regulamento Geral de Sementes que:

apenas reforçava os mecanismos de despojo contra os camponeses, pois permitia apenas o uso de sementes certificadas para o plantio, proibindo camponeses e indígenas de usar suas próprias sementes, como vinham fazendo desde os primórdios da agricultura, há mais de 11 mil anos. A modificação deste Regulamento, em coordenação com a Direção do Servicio Nacional de Sanidad Inocuidad Agroalimentaria (Senasa), a Via Campesina, a Central Nacional de Trabajadores do Campo (CNTC) e a Associação Nacional para a Promoção da Agricultura Ecológica (Anafae), representou outro marco histórico para seu governo, estabelecendo claramente que o Estado de Honduras respeita o direito de camponeses e indígenas de guardar, trocar e doar suas sementes, de acordo com sua cultura e costumes, tornando-os isentos das disposições do Regulamento Geral de Sementes, que se aplica apenas a agentes envolvidos na indústria e no comércio de sementes.

A reiteração da sociedade civil latino-americana insta a presidente a não permitir esta Mesa Redonda Técnica, "que contradiz os princípios mais fundamentais de seu plano de governo".

**N**a mesma linha, povos, comunidades e organizações da Mesoamérica se reuniram em Esquipulas, Guatemala, nos dias 11, 12 e 13 de março de 2025, para

o Encontro Regional Mesoamericano em Defesa das Sementes Nativas e dos Direitos Camponeses. Com a "Declaração de Esquipulas", as e os participantes se dirigiram aos Estados mesoamericanos, aos organismos internacionais e à comunidade global para expressar sua profunda preocupação e rejeição "às políticas e regulamentações que violam nossos direitos coletivos e individuais, a biodiversidade agrícola e a soberania alimentar de nossos povos".

Essas organizações, movimentos e comunidades denunciam "a imposição do Regulamento Técnico sobre Biossegurança de Organismos Vivos Modificados (OVMS) para uso agropecuário na América Central, aprovado e posto em vigor em 2018 sem consulta ou consentimento livre, prévio e informado a povos indígenas e comunidades camponesas", violando assim a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP), o Protocolo de Cartagena e a Declaração do Rio, o Protocolo de Nagoia e seu protocolo complementar conhecido como Protocolo Nagoia-Kuala Lumpur.

Denunciam também "a contaminação genética de nossas sementes nativas e crioulas, e o deslocamento e a perda de nossas variedades", "a monopolização, a privatização e a pilhagem de sementes e conhecimentos ancestrais, e a criminalização da troca e proteção de sementes nativas", tudo isso apoiado por "políticas e regulamentações que promovem os direitos de propriedade intelectual sobre as sementes". Outra preocupação é "o uso intensivo de agrotóxicos associados aos cultivos geneticamente modificados", o avanço do Plano Trifinio sem uma consulta e participação adequadas e efetivas dos povos indígenas e comunidades camponesas da região, promovendo o modelo extrativista que beneficia setores agroindustriais e financeiros". Outro problema grave é "o aprofundamento do modelo extrativista na região mesoamericana", em especial devido à "aprovação da Lei Geral de Mineração Metálica em El Salvador".

A reunião de Esquipulas gerou uma série de reivindicações para os estados mesoamericanos, incluindo: "o reconhecimento e a proteção das sementes nativas e crioulas", "a implementação de medidas urgentes para interromper a liberação, comercialização, pesquisa e experimentação de OVMS, aplicações e produtos de biologia sintética na região mesoamericana" e "a proibição do uso de agrotóxicos altamente perigosos, como o glifosato, promovendo, em vez disso, políticas públicas de fomento à agroecologia".

Há preocupação com a manutenção de ambientes seguros para os defensores da biodiversidade e dos re-

cursos naturais, que defendem os direitos coletivos e individuais e, portanto, exigem “o fim da criminalização, perseguição e assassinato daqueles que lutam pelo bem viver e pela defesa da Mãe Terra”.

A declaração traz um esforço para manter e promover a coordenação regional, impulsionando mais uma vez a ideia do mesoamericano para que a luta seja ampla, e forme e configure articulações. Assim, insistem:

Apelamos para articular esforços regionais entre organizações camponesas, povos indígenas e sociedade civil organizada para a defesa de nossa vida comunitária, nossas sementes nativas e nossos territórios, impulsionando ações legais e políticas; promover modelos agroecológicos e fortalecer nossas redes de intercâmbio, reafirmando nossa autonomia e autodeterminação frente ao modelo extrativista e agroindustrial; insistir em nossa cultura ancestral de guardar, trocar e produzir nossas sementes nativas sem que ninguém impeça isto com leis, normas e regulamentações; iniciar processos que nos levem a declarar nossos territórios livres de Organismos Vivos Modificados (transgênicos) e outras biotecnologias nocivas, e fortalecer a biossegurança comunitária por meio da implementação de sistemas de monitoramento e de proteção de nossas sementes nativas e da biodiversidade, de acordo com nossos próprios costumes milenares ancestrais.

**N**a Colômbia, desde o final de 2023, a Aliança pela Agrobiodiversidade conseguiu incluir um argumento fundamental na declaração “Sentença da Corte Constitucional da Colômbia frente à contaminação de milhos crioulos dos povos indígenas”.

Em 2022, diversas reservas indígenas de cinco regiões do país entraram com uma ação de tutela contra instituições pela violação dos direitos das comunidades às suas sementes crioulas de milho, seus saberes ancestrais e seus meios de subsistência, apoiada por evidências técnicas que permitiram revelar contaminação genética dos milhos crioulos indígenas.

“Essa tutela”, afirma a Aliança, “ao ser revisada pelo Tribunal Constitucional em sua decisão, determina que o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e outras entidades nacionais e territoriais adotem medidas jurídicas e técnicas eficazes e abrangentes para proteger as sementes crioulas dos povos e para proteger a diversidade de milhos indígenas na Colômbia da contaminação transgênica. Embora a decisão do Tribunal seja aplicável aos territórios indígenas, na verdade sua aplicação deveria ser estendida a todo o território nacional, uma vez que o que está em jogo é a proteção do patrimônio genético e biocultural da nação, presente nos territórios étnicos e camponeses”. É assim

que as organizações sociais e locais propõem que o governo nacional, para cumprir a decisão do Tribunal, deveria “adotar medidas que *reconheçam e protejam a agrobiodiversidade como bem comum dos povos e comunidades rurais, e também medidas que permitam proibir cultivos transgênicos em todo o país*”.

No entanto, a declaração afirma que “embora as ordens do Tribunal incluam medidas para deter as fontes de contaminação genética dos milhos crioulos, bem como para reverter os impactos sobre a biodiversidade em territórios indígenas, acreditamos que, por meio dos efeitos *inter comunis* outorgados pelo Tribunal, é necessário avançar para a proteção das sementes onde quer que elas estejam”.

Está muito claro que se deve abarcar a plenitude do conjunto de pessoas e comunidades que vivem na agricultura colombiana e que têm uma profunda relação com as sementes e, portanto, a declaração expressa isso ao dizer: “As sementes crioulas e nativas são a base da soberania e da autonomia territorial e alimentar dos povos. Proteger as sementes é salvaguardar os saberes ancestrais, as identidades culturais e os meios de sustento das comunidades”.

**C**omo se não bastasse, depois de anos promovendo a invasão do milho geneticamente modificado, as corporações que promovem a biotecnologia decidiram ir além e lançaram uma versão transgênica do trigo. Começaram na Argentina e no Brasil, expandindo-se para o Paraguai e o Uruguai.

Recentemente, organizações da sociedade civil exigiram a suspensão definitiva do plantio e da comercialização de trigo transgênico. Em um boletim assinado por diversas organizações latino-americanas, foi noticiada a “queda espetacular na receita da empresa Bioceres do trigo HB4 (geneticamente modificado para resistir à seca e tolerante ao glufosinato de amônio), o que demonstra o fracasso dessa tecnologia e os altos riscos para produtores e consumidores”. Frente esse cenário, “Organizações da sociedade civil que trabalhamos para promover sistemas agrícolas indígenas e camponeses sustentáveis, e pela soberania alimentar na América Latina e na África nos pronunciamos pela suspensão definitiva de todas as autorizações para o plantio e a comercialização do trigo transgênico”.

Enquanto isso, a Bioceres relata uma queda de 24% em suas receitas. Será que as pessoas têm medo do glufosinato de amônio, o agroquímico associado à sua produção e cultivo?

“A empresa não explicou o fracasso comercial. Entendemos que se deve às muitas vezes críticas que levantamos desde o início do conflito: a tecnologia HB4 não oferece resistência nem tolerância à seca. Segundo dados oficiais, o trigo HB4 rende muito menos

do que o trigo convencional (não transgênico), mesmo em anos de seca. Na média anual de dados de 2021, os trigos HB4 renderam 17% menos do que os trigos convencionais.”

Após 2021, nem o Estado paraguaio nem a empresa publicaram “dados de produção nas diferentes regiões”.

É inacreditável que a autorização da tecnologia HB4 «para o cultivo de soja no Paraguai tenha coincido com a expansão da fronteira agrícola para o Chaco, um ecossistema árido altamente desmatado e de vital importância para a conservação devido à sua fragilidade e por abrigar povos em isolamento voluntário».

O grave é que embora o glufosinato de amônio seja 14 vezes mais tóxico que o glifosato, relatórios indicam que “o uso de glufosinato de amônio no país aumentou substancialmente”, segundo dados de L. Arrúa em “*Dependencia tóxica: la importación de agrotóxicos en los últimos años*”. O comunicado afirma:

O trigo é hoje a principal fonte de carboidratos e proteínas para uma alta porcentagem da população mundial, que o utiliza de forma onipresente em alimentos do dia a dia, como pão, macarrão instantâneo/massas, cusuz e confeitaria. Apesar da importância do trigo na nutrição humana, não existe um método público validado para a detecção, identificação e quantificação da presença de trigo HB4 em farinha e outros produtos derivados do trigo.

Mas sua aprovação não atendeu aos requisitos de precaução para um cultivo destinado a “altos níveis de consumo alimentar humano”.

É por isso que a declaração enfatiza: «Acreditamos que, diante do fracasso massivo da tecnologia HB4

– para a qual a Bioceres está arrastando agricultores na Argentina, Paraguai e outros países onde seu cultivo é autorizado – é hora que seja enterrada definitivamente. Solicitamos a suspensão de todas as autorizações de plantio e comercialização do trigo HB4 e que se inicie um processo abrangente de reparação nas áreas já afetadas.”

**N**o entanto, os tempos mudam e as corporações estão implementando as inovações propostas por uma biotecnologia que parece querer incluir todos os processos da agricultura na produção em laboratório com técnicas de edição genética e outras atualizações, de forma a ir além da esfera natural para continuar lucrando e impondo o pacote da cadeia tecnológica agroindustrial.

No México, diante do desenrolar do conflito entre o México e os Estados Unidos, mediado pelo T-MEC (Tratado entre México, Estados Unidos e Canadá), no caso do milho transgênico importado para o México e da reforma constitucional que proíbe seu plantio, o Espaço Estatal em Defesa do Milho Nativo de Oaxaca e a Rede em Defesa do Milho emitiram uma “declaração em defesa dos milhos nativos mexicanos” que aborda as confusas promoções da biotecnologia.

Quando José Graziano da Silva afirma que “os transgênicos são uma tecnologia obsoleta», o Espaço Estatal se pergunta: Por que incluir uma tecnologia obsoleta na Constituição [mexicana]? E abundam na resposta, afirmando que “a indústria da biotecnologia está desenvolvendo organismos geneticamente modificados (OGM) que não se enquadram na definição de transgênicos estabelecida no Artigo 4 transitório da iniciativa apresentada” pelo presidente do México. E afirmam textualmente:





Milhos de Don Victor, em Tierra Blanca, Cartago, Costa Rica. Foto: Josué Garita Rivera

O lobby da indústria biotecnológica prefere chamar de “edição genômica” os organismos produzidos com Crispr-Cas9, Talen e outras tecnologias, para que não sejam regulamentados por leis sobre os desacreditados transgênicos ou OGMs e, conseqüentemente, possam ser liberados no meio ambiente sem passar por avaliações de risco para a saúde humana e o meio ambiente.

O perigo dessas novas tecnologias, excluídas da reforma constitucional, reside no fato de que, além de manipular culturas como o milho, elas também podem modificar espécies silvestres, com o objetivo de fazer “engenharia genética de ecossistemas” para eliminar pragas e “ervas daninhas”. Isso poderia provocar o desaparecimento de espécies inteiras, como o *quintonil* [um tipo de amaranto], que se tornou resistente ao glifosato e é uma cultura alimentar para os mexicanos.

Tudo isso resulta da derrota do México na disputa sobre o milho com os Estados Unidos. As regras do T-MEC impediram o México de aceitar as evidências científicas das quais possui um histórico completo. Essas regras impuseram a aceitação pelo México de “produtos biotecnológicos” dos EUA. Essas regras impedem impor restrições à importação de milho não segregado e que contenha uma alta porcentagem de milho transgênico. Em resumo, regras onde o que importa é que os Estados Unidos busquem tornar exemplar a noção de que é impossível derrotar este país. O comunicado diz:

Com os acordos comerciais, o México foi obrigado a deixar de subsidiar o campo para que os camponeses mexicanos não incidissem em “concorrência desleal” frente aos agricultores norte-americanos. Como resultado, o campo mexicano foi brutalmente empobrecido, priorizou-se a produção para exportação e, conseqüentemente, nosso país precisa importar grãos básicos, como o milho, para alimentar as populações humana e animal (que se estabeleceram no território nacional devido à frouxidão das regulamentações ambientais).

Com o T-MEC, em particular, o México também é forçado a legislar em conformidade com a União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV 91), o que facilita a privatização das sementes, em grave prejuízo para as comunidades indígenas do país, guardiãs de um valioso legado que não pode ser medido em dinheiro. Sem sementes livres, não pode haver soberania alimentar.

Por todas essas razões, se exige que o Estado mexicano “defenda a soberania nacional sem simular proteção de nossos milhos nativos”.

E apresentam sua queixa ao governo, apontando que “declarar o milho como elemento de identidade nacional e estabelecer a obrigação do Estado de garantir o cultivo de milho livre de transgênicos em todo o território nacional não protege integralmente nossos milhos e continua a deixá-los à mercê das empresas



transnacionais de sementes e suas novas tecnologias de modificação genética”. E embora a reforma tenha terminado estabelecendo que o cultivo de milho “deve ser livre de modificações genéticas produzidas com técnicas que superem as barreiras naturais da reprodução ou da recombinação, como as transgênicas”, a redação permanece ambígua, especialmente porque “qualquer outro uso do milho geneticamente modificado deve ser avaliado em termos das disposições legais para garantir que esteja livre de ameaças à biossegurança, à saúde e ao patrimônio biocultural do México e de sua população”. Os produtos das novas técnicas de edição genômica não parecem ficar restringidos por essa redação.

Assim, a proposta direta é “retirar a agricultura dos acordos comerciais e traçar políticas que priorizem a produção de alimentos saudáveis. É urgente a transição da agricultura convencional, de pacotes tecnológicos contendo sementes artificiais e agrotóxicos que já adoecem o corpo de crianças e camponeses, para a adoção de sistemas agroecológicos e tradicionais, entre outros, adequados às diferentes regiões e ecossistemas do país”.

O comunicado conclui chamando a entender que “semear a terra e comer saudável são atos políticos de resistência; façamos isso conscientemente. Defender nossas sementes, semeando-as e trocando-as livremente, sem cair nas armadilhas de um sistema que oferece royalties ou distribuição de benefícios em forma de migalhas. Nossas culturas ancestrais são de comunalidade e solidariedade!”

**E**stamos, então, em um cenário latino-americano onde a defesa dos cultivos contra os OGM, contra a indústria da biotecnologia, os agrotóxicos, as certificações, os registros, as patentes, os direitos de obtentor, as políticas públicas que expõem aqueles que deveriam ser apoiados para ter um campo produzindo esses alimentos saudáveis e integrais, é um ato político e uma consciência do que implica o agronegócio. Agronegócio hoje irmanado com a tecnociência para submeter o campesinato a modelos de desenvolvimento que destroem o tecido social, rompem com os saberes ancestrais que permitiram que esse universo de sementes continuasse vivo, e comprometem as possibilidades dos povos, que acabam se rendendo a esquemas de serviços ambientais para receber uma suposta compensação após anos de malefícios. As leis sobre variedades vegetais, as leis sobre certificação, registro ou qualidade e sanidade alimentar, as leis sobre comercialização de sementes, mas também as modificações genéticas, a associação com agrotóxicos e novas substituições “genômicas” e “digitais”, são métodos nada ocultos de privatização, para restringir as sementes, impedindo-as de se desenvolverem como vêm fazendo há quase dez mil anos de criação mútua com as comunidades humanas. Hoje, a consciência da importância crucial das sementes em nossas mãos não pode ser ignorada. Como sempre, há milênios, a semente está na encruzilhada.

# Violência Estatal e Despejo de Comunidades Camponesas e Indígenas no Paraguai

Lis García (Base-IS)

12

O ano de 2025 começou com um recrudescimento da violência estatal contra comunidades camponesas e indígenas no Paraguai, revelando um modelo de desenvolvimento baseado no extrativismo e na grilagem de terras por setores agroexportadores, aliados históricos do Estado.

Esse intensificar da repressão teve respaldo institucional por meio da promulgação da Lei nº 6.830/2021, ou “Lei Zavala-Riera”, que criminaliza a ocupação de terras, instrumento histórico da luta camponesa, aumentando a agressividade policial nos des-

pejos. Isso é inconstitucional e viola o Estatuto Agrário (García e Irala 2022).<sup>1</sup> Ao legalizar abusos violentos, essa legislação agrava o empobrecimento das comunidades rurais, evidenciado pela queda de 40% da população rural entre os censos agropecuários de 2008 e 2022 (MAG 2022).<sup>2</sup> Essa perda de 431 mil habitantes rurais reflete o desenraizamento, a expulsão e a

migração forçada provocados pela expansão do modelo agroexportador (Rojas 2023).<sup>3</sup>

Segundo o advogado Walter Isasi, especialista em direitos humanos, a orientação repressiva do atual governo tornou-se visível com a nomeação de Riera, um dos principais proponentes da referida lei, como Ministro do Interior. Além disso, no âmbito de uma série de leis autoritárias, foi

1 Lis García, y Abel Irala. “Violencia estatal contra campesinos e indígenas”. en *Derechos Humanos en Paraguay 2022* (Asunción: Codehupy)

2 MAG. *Censo Agropecuario Nacional*. Asunción: MAG, 2022.

3 Luis Rojas, Luis. “La expansión del Agronegocio eliminó alimentos, población y empleos rurales, confirma el Censo Agropecuario 2022 (Asunción: Heñoi, 2023.)



Baía de Solano, Chocó, Colômbia. A floresta reclama o que é dela. A natureza, indomável e paciente, abre caminho sobre os vestígios do abandono. Foto: Viviana Sanchez Prada

aprovada a reforma do Estatuto Orgânico da Polícia, que lhe concede autonomia para investigar (Isasi 2025).<sup>4</sup> As instituições do sistema de justiça do país, vinculadas ao crime organizado e ao partido no poder Associação Nacional Republicana (ANR), servem de pano de fundo para a atual situação altamente repressiva.<sup>5</sup>

Esse cenário viola gravemente os direitos dos camponeses e indígenas. As ocupações de terras no Paraguai são uma estratégia fundamental para as organizações camponesas exercerem seu direito à terra diante da inação do Estado e, ao mesmo tempo, são um meio fundamental de protesto para denunciar a concessão irregular de terras, apropriações ilícitas e o uso intensivo de agrotóxicos, entre outros problemas (Irala 2021).<sup>6</sup> A recuperação de “terras ilícitas”, símbolo das profundas injustiças perpetradas durante a ditadura civil-militar de Stroessner, é central para essa luta (Hetherington 2012).<sup>7</sup>

O conflito se intensifica em áreas de “modernização agrícola”, onde a soja geneticamente modificada domina a paisagem. Os despejos forçados, uma resposta institucional às ocupações (Irala, Kretschmer e

Palau, 2019),<sup>8</sup> revelam a natureza autoritária de um longo processo político que nunca concluiu sua transição para a democratização da posse da terra e de outros direitos fundamentais (Schvartzman, 2015).<sup>9</sup>

Desde dezembro de 2024, remoções forçadas têm sido realizadas com extrema crueldade: queima de pertences, roubo de animais, destruição de casas e envenenamento da água. Enquanto organizações internacionais têm instado o Paraguai a suspender as remoções há vários anos (CESCR, 2007<sup>10</sup>; Conselho de Direitos Humanos, 2017<sup>11</sup>), a repressão

estatal contra comunidades camponesas e indígenas se intensificou. Entre dezembro de 2024 e o primeiro trimestre deste ano, houve seis casos de remoções forçadas contra comunidades rurais, quatro deles contra assentamentos camponeses e dois afetando comunidades indígenas. Houve casos de abuso, intimidação e acusações contra líderes de comunidades camponesas e indígenas.<sup>12</sup> A tabela a seguir resume os casos que sofreram repressão de dezembro de 2024 a março de 2025.

Os departamentos de Canindeyú e San Pedro são epicentros da repressão, um contraponto ao avanço do modelo extrativista baseado em monoculturas de soja geneticamente modificada, que tem levado a altos níveis de conflito e violência. Pelo menos 11 comunidades camponesas foram afetadas nesse processo, colocando em risco cerca de 1.400 famílias camponesas. Além disso, pelo menos 500 famílias foram vítimas de despejos forçados — incluindo crianças e adolescentes, gestantes e idosos. Aproximadamente 60 líderes comunitários foram indiciados, apesar da existência de disputas judiciais pela terra. Isso demonstra a arbitrariedade desses procedimentos, que envolvem uma violação sistemática dos direitos humanos. Diante dessa situação crítica, comunidades camponesas e indígenas têm respondido com resistência, fortalecimento de alianças e estratégias conjuntas. A defesa de seus direitos tem se concentrado na disseminação de informações e na ação coletiva, resultando em marchas e mobilizações nacionais, fruto da colaboração com outros setores populares.

- 8 A. Irala, A; R. Kretschmer; M. Palau, M. *Ocupaciones de tierra: marcas del conflicto rural (1990-2019)*. (Asunción: BASE-IS), 2019
- 9 M. Schvartzman, *Mito y duelo: El discurso de la “pre-transición” a la democracia en el Paraguay*. (Asunción: BASE-IS, 2015).
- 10 Disponível em: [https://www.pj.gov.py/images/contenido/ddh/Recomendaciones\\_del\\_Comite\\_DESCParaguay.pdf](https://www.pj.gov.py/images/contenido/ddh/Recomendaciones_del_Comite_DESCParaguay.pdf)
- 11 Disponível em: <https://acnudh.org/wp-content/uploads/2018/03/G1701976.pdf>

- 4 Walter Isasi, *Entrevista sobre marco de criminalización hacia comunidades campesinas e indígenas*. Asunción, 2025
- 5 Ver: <https://www.abc.com.py/politica/2025/02/03/chats-de-lalo-gomes-salpican-al-diputado-arevalo-dos-fiscales-y-una-jueza/>; <https://www.ultimohora.com/repudian-inaccion-de-la-fiscalia-ante-chats-filtrados-de-lalo-gomes>; <https://www.abc.com.py/nacionales/2025/02/24/lamafianda-investigaciones-relacionadas-a-los-chats-de-lalo-gomes-estan-en-curso/>; <https://www.ultimohora.com/fiscalia-evidencia-pocas-acciones-tras-salir-a-luz-chats-de-lalo-gomes>;
- 6 Abel Irala, “¿Qué son las ocupaciones y por qué molestan tanto a algunos sectores?” *Informe especial N° 48*. (Asunción: BASE-IS), 2021
- 7 Kregg Hetherington, “Tierra malhabida” y el engaño de la institucionalidad. *Revista Novapolis N°5* (Asunción: Arandurá, 2012)



- 12 Em 23 de janeiro de 2025, a comunidade indígena Santa Rita Ypejú, em Canindeyú, foi despejada à força e, nas primeiras semanas de fevereiro, foi despejada a comunidade indígena Y'apo Dos, em Corpus Christi, no mesmo departamento.

**Quadro 1. Resumo dos casos de criminalização de comunidades camponesas, dezembro de 2024 a março de 2025**

Nº	Departamento / Distrito	Comunidade / Assentamento	Data	Tipo de violência	Pessoas Afetados(as)	Participantes	Acusações / Detenções
1	San Pedro / Distrito General Isidoro Resquín	Assentamento Sexta Línea Kira 'y	13-18/12/2024	Cobertura policial e ameaça de despejo	47 famílias	O fiscal José Godoy, da Unidad 3 de Santa Rosa del Aguaray, foi quem ordenou uma cobertura policial no assentamento	13 acusados pelo agente fiscal da Unidad Penal 3 da Promotoria Zonal de Santa Rosa del Aguaray e da Unidade Especializada em Combate ao Sequestro, Antiterrorismo e Roubo de Carros, o procurador José Alberto Godoy Blanco.
2	San Pedro / Lima	Sexta Línea Yvypé	5-27/12/2024	Acusações arbitrárias e ameaça de despejo	11 famílias	Advogado Juan Daniel Benítez, promotor interino da Unidad Penal 3 da Promotoria Regional de Santa Rosa del Aguaray	Vários moradores do assentamento foram acusados de invasão de propriedade alheia em Lima.
4	Caazapá / San Juan Nepomuceno / Franco Cué	Assentamento Santa Librada	08/01/2025	Despejo	150 famílias	Polícia, 25 viaturas de patrulha e unidades especializadas, como o Grupo de Operações Especiais (GEO), Antidrogas, Inteligência e o Agrupamento Montado. A operação foi liderada pelo Inspetor-Geral Jorge Ramón Aquino, diretor de polícia do Sexto Departamento.	Seis pessoas foram acusadas pelo procurador José Alberto Núñez Ruíz Díaz, Promotor Penal da Unidade Dois de San Juan Nepomuceno.
5	Canindeyú / Yasy Cañy	Assentamento Edilson Mercado	14/01/2025	Despejo	300 famílias	O promotor Juan Daniel Benítez Miranda liderou o procedimento com uma delegação policial de mais de mil agentes — 2 mil efetivos —, com um helicóptero, ônibus e veículos de pequeno porte.	Quatro pessoas foram presas em Curuguaty (um menor liberado e três em prisão domiciliar), e 17 enfrentam acusações de “invasão de propriedade alheia”.
6	Canindeyú / Yasy Cañy / Tacuapí	Assentamento 15 de agosto	14/01/2025	Despejo	65 famílias	300 policiais, junto com um promotor, entraram no assentamento e dispararam tiros.	Acusações relacionadas ao despejo de Edilson Mercado
7	Canindeyú / Yasy Cañy	Assentamento Edilson Mercado	16/01/2025	Tentativa de despejar e acusar aqueles que reocuparam um setor das terras do assentamento, com resistência camponesa	300 famílias	Delegação policial-promotora composta por diversas viaturas	
8	Canindeyú / Curuguaty	Comunidade Primero de Marzo Joajú	22/01/2025	Ameaças de despejo	Mais de 500 famílias	Uma excursão realizada pelo serviço de inteligência do governo, coletando informações nas casas de lideranças, com a aparente intenção de repetir o que aconteceu na comunidade de Edilson Mercado.	
10	Concepción, Sargento José Félix López - ex Puentesíño	Ex Estancia Hermosa, Comisión Sin Tierra Porvenir Mejor, liderada por Bernardino Galeano Pintos	05/02/2025	Despejo		Polícia Nacional/Montada	Três pessoas acusadas; com antecedentes de várias acusações anteriores, acompanhadas de mandados de prisão
14	Caaguazú, Repatriación, Colonia Ypekuá	Assentamento Juliana Fleitas	11/02/2025	Ataque policial à comunidade em defesa de pulverizações de um monocultivo de soja		Delegação de 400 efetivos policiais	17 camponesas/ses acusados de impedir pulverização, seis com mandados de prisão
15	Canindeyú, Maracaná	Assentamento San Miguel	17/02/2025	Ameaça de despejo	230 famílias	Ministério Público	
16	Alto Paraná, Hernandarias	Assentamento Toryveté	04/03/2025	Ameaça de despejo	135 famílias	Ministério Público	

# IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO

## em territórios de organizações do campo latino-americano: desafios e alternativas

Fabian Pachón CLOC-VÍA-CAMPESINA para la Alianza Biodiversidad

15



**E**m décadas de história da questão agrária na América Latina, as diversas formas de organização das comunidades indígenas, camponesas e afrodescendentes tiveram que enfrentar as transformações de um modelo de produção que mercantiliza os alimentos e a vida, deteriorando as diversas formas de expressão cultural e o território camponês. Apesar da constante disputa territorial entre a agricultura camponesa e o agronegócio, as organizações camponesas conseguiram encontrar mecanismos para manter sua existência e instar a humanidade a garantir a vida, a

partir do estabelecimento de uma economia e uma ecologia que considerem as comunidades do campo e os seres humanos como parte dinâmica e integral da natureza.

As organizações do campo têm claro o conceito de agronegócio e como esta coisa afeta os territórios a partir de uma lógica extrativista, monopolista e acumuladora de capitais em poucas mãos. Segundo a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações Rurais (CLOC)-Via Campesina, o agronegócio é um modelo de produção agrícola baseado na exploração intensiva de



As fotos deste texto foram feitas pela equipe de comunicação do IALA María Cano. São da Reserva Camponesa Sumapaz, em Bogotá, Colômbia.

recursos naturais, na concentração de terras, no uso massivo de agrotóxicos e na produção de alimentos como mercadorias para o mercado global, a partir da aplicação de tecnologias alheias às necessidades das comunidades. E em favor das grandes corporações que geram dependências significativas em um nicho de mercado em que a oferta e a procura prevalecem sobre a vida. Este modelo, impulsionado por grandes corporações transnacionais, caracteriza-se pelo deslocamento de comunidades camponesas, pela destruição da biodiversidade, pela poluição do solo e da água e pela precarização do trabalho rural. Gera também um sistema alimentar distorcido frente à gestão dos bens comuns e no possível uso eficiente de energia, o que acaba acelerando as crises climática e alimentar em nível global.

Na perspectiva da CLOC-VIA Campesina, o agronegócio é um antônimo de um modelo agrícola baseado na agroecologia e na soberania alimentar, pois prioriza o lucro em detrimento da vida, excluindo o campesinato do controle sobre a produção de alimentos. Consequentemente, as organizações rurais da CLOC-VIA CAMPESINA promovem a agricultura camponesa, indígena e afrodescendente, centrada na agroecologia, como o caminho que garante a justiça social e climática, o respeito às diferentes cosmovisões frente à relação com a terra e a natureza, a partir da autodeterminação dos povos, com base no exercício da soberania alimentar.

Dedicamos esforços em analisar o agronegócio e seu estabelecimento, como um sistema alimentar falho e deficiente, a partir dessas estratégias tecnológicas de digitalização. Analisamos o modo como opera internamente e suas projeções expansionistas, mas pouco se tem falado sobre como isso impacta atualmente as comunidades no campo.

Portanto, buscamos aportar alguns elementos iniciais que expliquem como o agronegócio e as estratégias de digitalização da agricultura chegam aos territórios na América Latina e no Caribe, expondo a situação em alguns países da região.

O contexto histórico da questão agrária na América Latina parece mostrar que o agronegócio teve sua origem e evolução em estágios de implementação. Desde seu surgimento, a grilagem de terras e a expulsão de camponeses têm sido uma constante, juntamente com o estabelecimento de relações de trabalho precárias no campo e nas agroindústrias.

Esses fatores contribuíram para o aumento da riqueza nas mãos de poucos e, com isso, para o estabelecimento de relações de poder hegemônicas de companhias, empresas, corporações multi e transnacionais no nível legislativo em distintos países, originando transformações progressivas nas políticas agrárias que

possibilitaram o estabelecimento do que foi chamado de Revolução Verde e, assim, a abertura de novos espaços de mercado que permitiram o aumento da renda econômica para aqueles que hoje são chamados de acionistas.

Os fatores mencionados vêm impactando as comunidades do campo de diferentes maneiras, por exemplo no Caribe, especificamente na República Dominicana, a organização Conamuca (Confederação Nacional de Mulheres do Campo) teve que se organizar para resistir e enfrentar o agronegócio, pois o impacto dele se reflete em seus territórios na exclusão e precarização das condições de vida de mulheres e crianças, uma vez que o sistema do agronegócio estabeleceu sistemas agroindustriais sob a técnica de monocultivo de banana, cacau, abacate, que expulsam o campesinato por meio do endividamento e da precarização da renda econômica por família camponesa, estabelecendo sistemas de trabalho que desvalorizam o trabalho da mulher e, posteriormente, as excluem de um sistema produtivo onde predomina a mão de obra dos homens.

A digitalização da agricultura significou que menos mão de obra é necessária para estabelecer monocultivos voltados para a exportação e, conseqüentemente, a população camponesa espoliada, especialmente os jovens, teve que migrar para as cidades nas últimas décadas em busca de emprego.

Temos também as experiências de resistência de mulheres camponesas da organização MST no Brasil. Recentemente, no Dia Internacional da Mulher, elas decidiram organizar uma ação de mobilização denunciando o agronegócio e lutando por direitos sob o lema "Agronegócio é violência e crime ambiental, a luta das mulheres é contra o capital!". Isso porque o agronegócio chegou aos territórios camponeses e as terras recuperadas por meio de atos violentos de expulsão e desmatamento para estabelecer monocultivos de soja e gado, principalmente na Amazônia. Elas também discutem os impactos que alguns acampamentos tiveram com agrotóxicos pulverizados por pequenos aviões.

**A** violência contra o campesinato mostra ser um fator inerente ao agronegócio, e a Colômbia foi outro dos territórios mais afetados nas zonas rurais. Isso vem se refletindo através do estabelecimento de grandes extensões de cultivo de banana, dendê, cana-de-açúcar e pecuária extensiva, num modelo de monocultivo, também para exportação. Esses cultivos conferem aos proprietários da terra (que são poucos) as condições econômicas que originalmente lhes permitiam contratar sistemas de segurança privados. Por sua vez, as pessoas envolvidas nesses sistemas de segurança também obtiveram condições econômicas especiais,





transformando-se no que hoje é chamado de paramilitarismo. Na Colômbia, há também o caso específico do agronegócio que estabelece cultivos ilícitos, especificamente de coca, o que gerou condições de precarização do trabalho para o campesinato e enriquecimento dos narcotraficantes.

Esses cultivos ilícitos operam da mesma forma que os monocultivos de alimentos do agronegócio. E também geram pequenos grupos armados em territórios que se sustentam com a exportação de narcóticos, pois alcançam um preço bem alto no exterior.

Em lugares como a Argentina, a implantação de monocultivos de soja e milho criou as condições para o fortalecimento de grandes corporações multi e transnacionais. Como em muitos países latino-americanos, elas têm a capacidade de influenciar o estabelecimento de tendências políticas neoliberais nos governos, com suas reformas constitucionais, projetos de lei, resoluções, decretos, construção de programas governamentais e um aparato burocrático do Estado que trabalha em função dos interesses dos donos do agronegócio. E por isso, têm a capacidade de desestabilizar governos que não se alinham com suas projeções econômicas.

As formas como o agronegócio e sua tecnologia

chegam aos países têm distintos componentes e fases, a partir das quais poderiam ser construídos um roteiro, uma lista de componentes, um ABC, ou mesmo uma análise geográfica. Sem dúvida, isso é algo que deve continuar sendo estudado devido às suas constantes transformações e seus constantes modos de operar.

#### REFERÊNCIAS:

- 1 CLOC-Viia Campesina, "La Vía Campesina llama a intensificar la lucha contra el agronegocio, unidxs por la soberanía alimentaria", 26 de julho de 2017. <http://www.cloc-viacampesina.net/noticias/la-campesina-llama-intensificar-la-lucha-contra-el-agronegocio-unidxs-por-la-soberania>
- 2 Dia das Mulheres Sem Terra no DF denuncia agronegócio e luta por direitos. <https://mst.org.br/2025/03/13/jornada-das-mulheres-sem-terra-no-df-denuncia-agronegocio-e-luta-por-direitos/>
- 3 SOBRE CONAMUCA. <https://www.conamuca.com/acerca-de>
- 4 Moradores do Acampamento 8 de Março, no DF, passam mal após exposição a agrotóxico pulverizado por fazendeiro. <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/07/moradores-do-acampamento-8-de-marco-df-passam-mal-com-agrotoxico-pulverizado-por-fazendeiro/>
- 5 Argentina: MNCI, Somos Tierra para alimentar a los Pueblos <https://viacampesina.org/es/argentina-mnci-somos-tierra-para-alimentar-a-los-pueblos/>

# Em sua memória Merong Kamakã Mongoió



**E**ste 4 de março de 2025, completa um ano desde que foi encontrado já sem vida o corpo de Merong no território que ele retomava, próximo ao local onde hoje fica a cidade de Brumadinho, em Minas Gerais/Brasil.

Merong cresceu com os Pataxó Han-Han-Hae e dedicou sua vida a preservar os saberes originários e recuperar seus territórios. Nós nos conhecemos no início da Retomada Guarani em Maquiné, no extremo sul da Mata Atlântica, em 2017. Artista, viajante, guardião dos saberes e das florestas, Merong falava mais de 4 idiomas indígenas – inclusive estava reconstruindo sua língua materna, que havia se perdido. Em sua passagem pelo Sul, somou forças para a Retomada de Maquiné, que resultou na preservação da floresta e da Tekoa Ka'aguy Porã (Aldeia Mbya Guarani Mata Sagrada, ativa até hoje). Uniu-se à Ocupação dos Lanceiros Negros em Porto Alegre e à libertação de florestas em Canela, com a Retomada de Xokleng. Tempos depois, seguiu sua caminhada.

Nos últimos anos, ele lutava com a mãe por um território na região hoje chamada de Minas Gerais, em conflito com o Estado brasileiro e a mega mineradora Vale do Rio Doce. Eu estava com amigas Guarani bem na Tekoa Ka'Aguy Porã no ano passado, no dia 4 de março de 2024. Recebemos a notícia de que Merong “havia se encantado”, estávamos justo em uma das florestas que ele havia ajudado a defender.

A luta continuou. No dia seguinte à sua morte, a mineradora Vale tentou impedir que o corpo fosse enterrado em seu território. Com muita resistência e ação popular, a tentativa da Vale fracassou – e foi conquistado que seu corpo fosse plantado de forma digna dentro da retomada. No mês passado, conheci jovens que formaram um grupo em sua homenagem – o Coletivo Cacique Merong para lutar em defesa das pessoas impactadas pela mineração em Minas Gerais. Quem vive na nossa memória não morre. Merong presente!

***Que o guerreiro descanse,  
"tranquilo que nem grilo" –  
como ele costumava dizer.***

**Dani Eizirik**

Foto: Alass Derivas |@derivajornalismo.  
Merong Kamakã Mongoió en la Retomada Xokleng  
Konglui (São Francisco de Paula/Rs-Brasil, 2020)



# VAMPIROS MULTINACIONAIS

Este texto provém do livro *Curso acelerado: antiextractivismo, dignidad y buen vivir*. Compilado por Mauricio Cornaglia. Editora Último Recurso, Argentina, 2025

Há um *boom* no extrativismo, definido como a pilhagem e a utilização/mercantilização de matérias-primas retiradas das regiões para alimentar os mercados internacionais, como um modo aparentemente desesperado de impedir o colapso de sua taxa de lucro. Há também um *boom* de estudos que explicam suas origens e alicerces, e de fundamentos teóricos que pretendem esclarecer as condições em que ele ocorre em diferentes países e com intensidades variadas.

Por outro lado, essa intensificação da voracidade do capital, que volta a priorizar o saqueio e, portanto, a devastação irresponsável que tal pilhagem acarreta, faz com que povos e comunidades em todo o mundo, e na América Latina em particular, “defendam seu território”.

Ao invocar essa defesa, não estamos fazendo uso de uma metáfora ideológica. Utilizamos o termo “territórios” em seu sentido mais amplo e, ao mesmo tempo, mais estrito, de “lugares de encontro e significado”, ou seja, os espaços de vida e comunidade das pessoas que, de suas regiões, veem mineradoras extraindo seus minerais e roubando sua água, ou madeiras desmatando florestas e o agronegócio queimando-as para convertê-las em estufas que exportam a cidade para os âmbitos rurais, com suas tecnificações, para extrair mão de obra das comunidades.

Chame-se de extrativismo ou neoextrativismo, “este aprofunda a estratégia reformista e a inserção das economias latino-americanas no comércio internacional, primeiro, abrindo aos investimentos privados recursos que antes não estavam disponíveis: ‘terras ociosas’ ou terras de propriedade comunal, água, eletricidade e recursos como petróleo e gás, que são propriedade da Nação e de produção reservada exclusivamente a ór-

gãos estatais ou em parceria com entidades privadas. Segundo, reduzindo impostos, liberalizando o intercâmbio e outorgando concessões para agricultura, silvicultura e mineração a investidores estrangeiros.”<sup>1</sup>

Ótimo que toda essa análise continue sendo realizada e que os processos de extrativismo sejam detalhados conforme as pesquisas forem demandando.

Este texto tem outras intenções. Busca ampliar o foco e a flexibilidade, recorrendo a outros lugares onde praticar os cortes e as amostras, às camadas da cebola que descobrimos e às rachaduras por onde nos infiltramos no fenômeno do que muitos chamam de extrativismo, mas que, em última análise, pode ser visto a partir de perspectivas mais microscópicas – onde é inerente à espoliação e à destruição que todo capitalismo acarreta.

Tenho um problema com o termo “extrativismo” porque ele não nos permite ver além da extração excessiva de elementos, matérias-primas, que esvazia regiões. Em certo sentido, ele despersonaliza o fenômeno do que é simplesmente pilhagem, um saqueio que é infligido a pessoas, comunidades e povos específicos que são invadidos, interrompendo suas vidas, o que enfraquece, precariza e coloca em risco múltiplos aspectos de sua condição, inclusive a própria possibilidade de existência.

Isso é o que o capitalismo sempre fez, está em sua origem e acontece repetidamente. É inescapável ao

<sup>1</sup> Alicia Puyana, Mutis, “El retorno al extractivismo en América Latina. ¿Ruptura o profundización del modelo de economía liberal y por qué ahora”, *Espiral*, vol 24, núm, 69, Guadalajara, mai/ago. 2017, p. 2, xt&pid=S1665-05652017000200073



Margens do Rio Guaviare, na região da Orinoquia colombiana. Entre a mineração ilegal e o desmatamento, vivem nas “margens da disputa”, “a vida flui na imensidão da biodiversidade e nos vestígios do extrativismo.” Foto: Viviana Sánchez Prada

processo de acumulação. É por isso que é importante para mim recordar. Trazer a memória de textos e processos esquecidos, invisibilizados.

Já há 50 anos, antes que o termo extrativismo se popularizasse, o Tribunal Russell II realizou sessões em Roma e Bruxelas. Julgou crimes e delitos contra a humanidade e os direitos dos povos, as graves ofensas ambientais e até mesmo o genocídio implícito nas ações de governos e corporações. O Tribunal incluiu Lelio Basso entre seus membros, que, algum tempo depois, com um grupo de amigos, fundaria a continuação permanente dos esforços de Bertrand Russell e Jean-Paul Sartre para ser uma instância da sociedade civil que confrontou governos e corporações do mundo pelas atrocidades perpetradas contra os povos. Isso daria origem ao Tribunal Permanente dos Povos, a partir da Fundação Lelio Basso em Roma.

Entre os jurados dessa sessão do Tribunal Russell, destacam-se: o próprio Lelio Basso, Julio Cortázar, Gabriel García Márquez, o Prêmio Nobel de Física, Alfred Kastler, Giulio Girardi e George Castel, teólogos católicos e protestantes, respectivamente, Vladimir Dedijer, historiador iugoslavo, Juan Bosch, ex-presidente da República de Santo Domingo; James Petras, professor de Sociologia na Universidade de Nova York, Pham Van Bach, presidente da Comissão de Inquérito sobre Crimes de Guerra Norte-americanos no Vietnã, e o matemático Laurent Schwartz.

Como um dos crimes mais notórios cometidos por corporações multinacionais, justamente esse Tribunal apontou a pilhagem dos territórios dos povos do mun-

do, o que então era chamado de “recursos naturais”, por meio da mineração, da agricultura industrial intensiva, da monopolização de água e da acumulação de terras, das florestas dos povos e da força de trabalho, da qual o capitalismo extraiu todo o seu potencial de reprodução infinita desde o seu início.

**V**amos então viajar no tempo para reviver a história da decisão do Tribunal Russell II, que aparece como apêndice do livro/história em quadros *Fantomas Contra os Vampiros Multinacionais*, de Julio Cortázar, publicado em 1975.

Nele, lemos que o Tribunal se reuniu duas vezes e “se dedicou a investigar a situação prevalecente em vários países latino-americanos” e se reuniria posteriormente “para concluir seu trabalho em relação às múltiplas violações dos direitos humanos e dos direitos dos povos”.<sup>2</sup> Destacamos alguns dos pontos que nos interessam. Foram revistos 25 anos de prisões e detenções irregulares “onde as pessoas são mantidas em condições materiais deploráveis”. Particularmente na Colômbia, onde o estado de sítio e “outras medidas excepcionais” são aplicadas. O preocupante é que “...a aplicação dessas medidas legais decorre da pressão de interesses privados norte-americanos que buscam explorar os re-

2 Ver Apêndice da novela *Fantomas contra los vampiros multinacionales*, “Resolutivos del Tribunal Russell II”, p. 71-77. [As páginas provêm da versão impressa, Libros de Excelsior, México, junho de 1975] <https://www.filosofia.org/bol/bib/nbog2.htm>

ursos naturais do povo colombiano, incluindo carvão, níquel e gás”.<sup>3</sup> Além disso, houve “contaminação dos recursos naturais, deterioração ecológica e esterilização de mulheres em vários países latino-americanos, *atribuíveis à busca desenfreada de lucros* [grifo meu] por parte das corporações multinacionais”.<sup>4</sup> No caso do Brasil, era inevitável apontar que todas essas vítimas de “agressão colonial continuam submetidas a um regime discriminatório entre povos globalmente reprimidos, sob a pressão e no interesse de empresas privadas, multinacionais e locais”, e que isso chegou até mesmo ao crime de genocídio, “atribuível ao governo brasileiro, tendo em vista provas precisas e circunstanciais disponibilizadas para este tribunal”.<sup>5</sup>

Também ficou provado que os Estados Unidos e as empresas estrangeiras que operam na América Latina por meio de filiais ou de sociedades sobre cujo capital e operações exercem um controle dominante... tiveram e têm, com a cumplicidade das classes opressoras da América Latina, uma intervenção permanente para assegurar-lhes os maiores benefícios econômicos e a dominação estratégica.

Isso se traduz em uma presença massiva das multinacionais na maioria dos países latino-americanos,

mesmo que seus centros de decisão não estejam localizados nesses países, o que “constitui um atentado à autonomia do país anfitrião”.<sup>6</sup>

Também se traduz “no saqueio dos recursos naturais desses países, de seu solo, de seu meio ambiente, de suas matérias-primas, de sua mão de obra, de seus recursos intelectuais e também dos capitais criados pelo processo de acumulação interna”.<sup>7</sup>

É escandaloso que tais empresas consigam que “os governos locais paguem os custos de infraestrutura necessários para suas atividades, e a importação forçada [já desde a década de 1970] de tecnologia, impeçam a existência de pesquisa e desenvolvimento nacionais e afetem fortemente a balança de pagamentos, com a desobrigação de direitos de patentes e de royalties”.<sup>8</sup>

E o Tribunal prosseguia observando “a exportação de grande parte dos lucros excedentes realizados, ou do investimento doméstico, graças a isenções fiscais muito favoráveis, o que lhes permite expandir seu domínio para novos setores econômicos”. Isso ocorre em conluio ou parceria com a “oligarquia local e um governo por ela controlado”, que mantém os salários num nível baixo, impõe condições de trabalho desumanas e restringe “por todos os meios” o exercício dos direitos

3 *Ibidem*, p. 73.

4 *Ibidem*, p. 73.

5 *Ibidem*, p. 73.

6 *Ibidem*, p. 74.

7 *Ibidem*, p. 74.

8 *Ibidem*, p. 74.



Claza de Paloquemao em Bogotá, onde tudo chega. Foto: Viviana Sánchez Prada



Ponte Arturo, nos arredores de San José del Guaviare, conectando a região da Orinoquia com a Amazônia colombiana. Foto: Viviana Sánchez Prada.

sindicais, de associação e de greve, recorrendo inclusive à repressão e ao “assassinato”.<sup>9</sup>

O Tribunal concluía, então, que “as empresas norte-americanas organizam, em seu próprio benefício, a pilhagem de todos os tipos de recursos latino-americanos e as violações dos direitos humanos fundamentais que acompanham essa pilhagem”. Para tanto, torna-se fundamental impedir, por sua própria vontade e estratégia, “o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos” e buscar a “dominação total” de seus povos.<sup>10</sup>

Nesse cenário, o governo dos EUA e as oligarquias locais são “coautores dessa pilhagem, dessas violações de direitos”, dessa estratégia e de suas consequências, cometendo, assim, violações do direito dos povos à autodeterminação, à disposição de seus recursos naturais, à não intervenção em seus assuntos internos, ao progresso econômico, social e cultural, à plena participação dos povos no processo e nos benefícios do desenvolvimento e à livre escolha de seu sistema econômico e social.<sup>11</sup>

Também é violado o direito dos povos a preços justos e equitativos para suas matérias-primas e a recuperar sua soberania permanente sobre seus recursos naturais.

“Todo Estado tem o dever de eliminar o neocolonialismo e todas as outras formas de ocupação e dominação, bem como suas consequências econômicas e sociais, e de garantir todos os direitos proclamados

pelas Nações Unidas, que constituem em seu conjunto um sistema coerente de direito internacional.”

**A**través das lentes da história, observamos aquele momento em que, a partir do Tribunal Russell, testemunhamos o reconhecimento e a denúncia do que as corporações multinacionais empreenderam: agir em conluio com governos (diríamos também com entidades “públicas” internacionais) para “ser coautoras dessa pilhagem e dessas violações de direitos”.

Anos depois, uma pré-audiência no México, durante o Tribunal Permanente dos Povos, também expressava esse ponto, mas enfatizava o cerne da questão que desejamos destacar nesta colaboração: o extrativismo mais brutal ocorre na própria vida das pessoas, das comunidades. Saquear uma região rompe os equilíbrios entre as relações que configuram os lugares, os territórios, as comunidades, os laços entre famílias, a vida pessoal que quebra seu rumo. Essa ruptura de equilíbrios, essa exploração implacável, não é um dano colateral do extrativismo. É o seu modo mais direto de operar, porque os vampiros multinacionais precisam destruir o mais profundo dos tecidos da vida para crescer e acumular, para se inchar de sangue como o carrapato ou monstro que vivia no travesseiro de penas do conto de Horacio Quiroga. Assim, na pré-audiência “Territorialidade, Subsistência e Vida Digna” do caso aberto no México pelo Tribunal Permanente dos Povos, realizado em San Isidro, Jalisco, no final de junho de 2013, o veredito do júri, composto por Jean Robert, Dora Lucy, Fernanda Vallejo e Alfredo Zepeda, apontou que o

9 *Ibidem*, p. 74.

10 *Ibidem*, p. 75.

11 *Ibidem*, p. 75.

Habitação elevada ou palafita, típica da Amazônia como "arquitetura anfíbia da selva". Foto: Viviana Sánchez Prada

capitalismo precarizava para poder subjugar, para deixar as pessoas sem ferramentas e, mais cedo ou mais tarde, despojá-las dos saberes fundamentais, históricos e transgeracionais com os quais contam para resolver por si mesmas o que lhes é mais importante e para tecer os laços que configuram, precisamente, o que conhecemos como território. O parecer afirmava:

Em contextos de autonomia, a condição primária da subsistência para as comunidades humanas reside na "relacionalidade do todo". Esse vínculo que confere à humanidade seu papel transcendental como elo entre o tempo, o espaço e os seres humanos como um todo. O cuidado que mais convém ao mundo que somos, conforme as circunstâncias de cada momento vão manifestando.

Isso pressupõe um complexo sistema de relações que fundamenta a economia, a política e a vida cotidiana das sociedades em torno de mecanismos como a reciprocidade e a confiança; a responsabilidade que orienta a observância rigorosa no cumprimento do dever para o bem comum; o cuidado mútuo e o diálogo, como garantia da vida e da reprodução de todos em interconexão e interdependência. Não são valores abstratos, são mecanismos concretos, com regras precisas de aplicação. Uma engrenagem de cujo bom funcionamento todos dependem.

Desmantelar a autonomia para que ocorra a espoliação e se execute a agressão abrangente sobre os territórios exige, entre outras coisas: semear desconfiança no saber pertinente; semear discórdia e desarmar os mecanismos de resolução entre iguais; a "precarização intencional"; as estratégias explícitas de medo; o genocídio extremo e o extermínio por doença ou envenenamento; o sepultamento público, o anonimato, e a invisibilização e o descrédito. Todo o necessário para desmantelar qualquer forma de estrutura organizacional e comunitária.<sup>12</sup>

12 Tribunal Permanente dos Povos, Parecer apresentado por Fernanda Vallejo, Dora Lucy Arias, Jean Robert e Alfredo Zepeda, Territorialidad, subsistencia y vida digna, 28-30 de junho de 2013. [www.tpp.org](http://www.tpp.org)

Como estudo, o do extrativismo é altamente louvável porque enfoca o problema do recrudescimento da espoliação a partir da voracidade e do desespero por sangue que mantêm os vampiros multinacionais ávidos por matérias-primas que podem extrair e saquear das regiões onde vivem os povos do mundo.

Mas não podemos esquecer que a pilhagem e o extrativismo são apenas um fio dessa longa trama que entrelaça a vida de milhões de seres, humanos e não humanos. A desabilitação descrita no trecho citado<sup>13</sup> da decisão do Tribunal Permanente dos Povos em San Isidro, Jalisco, em 2013, a contínua espoliação que acarreta destruição e devastação, nos remete aos milhões de pessoas exiladas em projetos do agronegócio ou das maquiladoras, ou às vidas desperdiçadas em guerras de quadrilhas e zonas de sacrifício em toda a América Latina.

Felizmente, as comunidades entendem muito claramente o que está em jogo e mantêm sua luta, o que não necessariamente implica em violência, porque "lutar" significa estar disposto ao labor, às tarefas, ao empenho, à integridade, ao trabalho, à defesa, à estratégia, à reconstrução dos tecidos comunais, e a deter os vampiros multinacionais onde quer que eles cheguem.

13 Ramón Vera-Herrera, "El sistema agroalimentario industrial y su guerra a la subsistencia". *Tradición y patrimonio alimentario, de la historia a los escenarios globales*, Yesenia Peña y Lilia Hernández, compiladoras, 2021, p. 247. [Difusion.inah.gob.mx/compra-en-linea/catalogo-de-publicaciones/5258.html](https://difusion.inah.gob.mx/compra-en-linea/catalogo-de-publicaciones/5258.html). Ver também, "OGM: instrumentos en la deshabilitación del campesinado y en los acaparamientos emprendidos por el sistema agroalimentario industrial", en *Proceso a los alimentos transgénicos*, Julio Muñoz, compilador, editorial Ítaca, 2021, <https://editorialitaca.com/libro/proceso-a-los-alimentos-transgenicos/>

**A revista *Biodiversidade, sustento e culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:**  
[www.grain.org/biodiversidad](http://www.grain.org/biodiversidad) y en [www.biodiversidadla.org/Revista](http://www.biodiversidadla.org/Revista)

A Alianza Biodiversidad también produz Biodiversidad en América Latina:  
<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza atualmente é composta por movimentos e organizações chave que trabalham ativamente estes temas na região:

Acción Ecológica, Ecuador (<http://www.accionecologica.org>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras ([www.anafae.org](http://www.anafae.org)  
y [www.redanafae.com](http://www.redanafae.com))

BASE-IS, Paraguay (<http://www.baseis.org.py/>)

Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://www.centroecologico.org.br/>)

CLOC- Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

GRAIN (<http://www.grain.org>)

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colombia (<http://www.semillas.org.co>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguay (<http://www.redes.org.uy>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

**Sites temáticos:**

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A Alianza Biodiversidad convida a todas as pessoas interessadas em defender que a biodiversidade permaneça nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação. Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista Biodiversidade, sustento e culturas, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a Alianza. Os convidamos a colaborar acessando a página:

[http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas\\_y\\_Acciones/DONAR\\_-\\_Alianza\\_Biodiversidad](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad)

*Biodiversidade, sustento e culturas* é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

**Henry Picado**  
[rcbcostarica@gmail.com](mailto:rcbcostarica@gmail.com)

